

Lição 1: A necessidade do conhecimento preexistente em todo aprendizado

“a1. Todo ensinamento dado— a3. As ciências matemáticas— a4. e assim também as duas— a8. novamente, a persuasão

Deixando de lado as outras partes da lógica, fixaremos nossa atenção na parte judicativa, conforme apresentada no livro dos *Segundos Analíticos*, que se divide em duas partes. Na primeira, ele mostra a necessidade do silogismo demonstrativo, com o qual este livro se ocupa. Na segunda parte, ele chega a uma decisão concernente a esse silogismo (71b8) [Liç. 4).

Ora, a necessidade de qualquer coisa direcionada a um fim é causada por esse fim. Mas o fim do silogismo demonstrativo é a obtenção da ciência. Por isso, se a ciência não pudesse ser alcançada pelo silogizar ou argumentar, não haveria necessidade do silogismo demonstrativo. Platão, de fato, sustentava que a ciência em nós não é resultado de um silogismo, mas de uma impressão em nossas mentes de formas ideais, das quais, dizia ele, também derivam as formas naturais nas coisas naturais, que ele supunha serem participações de formas separadas da matéria. Disso se seguia que os agentes naturais não eram as causas das formas nas coisas naturais, mas meramente preparavam a matéria para participar das formas separadas. De maneira semelhante, ele postulava que a ciência em nós não é causada pelo estudo e exercício, mas apenas que os obstáculos são removidos e o homem é levado a lembrar coisas que ele naturalmente entende em virtude de uma impressão das formas separadas.

Mas a visão de Aristóteles se opõe a isso por duas razões. Pois ele sustenta que as formas naturais são atualizadas por formas presentes na matéria, ou seja, pelas formas dos agentes naturais. Ele sustenta ainda que a ciência é atualizada em nós por outros conhecimentos já existentes em nós. Isso significa que ela é formada em nós através de um silogismo ou algum tipo de argumento. Pois ao argumentar, procedemos de uma coisa para outra.

Portanto, para mostrar a necessidade do silogismo demonstrativo, Aristóteles começa afirmando que algum de nosso conhecimento é adquirido a partir de conhecimento já existente. Assim, ele faz duas coisas. Primeiro, afirma sua tese. Em segundo lugar, explica o caráter do conhecimento prévio (71a11) [Liç. 2]. Quanto ao primeiro, ele faz duas coisas.

Primeiro (71a1), ele afirma uma proposição universal contendo sua tese, a saber, que a produção de conhecimento em nós é causada a partir de conhecimento já existente; por isso ele diz: "Todo ensinamento e toda disciplina..." Ele não diz "todo conhecimento", porque nem todo conhecimento depende de conhecimento prévio, pois isso envolveria um processo infinito: mas a aquisição de toda disciplina vem do conhecimento já possuído. Pois os nomes "ensinamento" e "disciplina" pertencem ao processo de aprendizado, sendo o ensinamento a ação exercida por quem nos faz conhecer, e a disciplina a recepção do conhecimento de outrem. Além disso, "ensinamento" e "disciplina" não são tomados aqui como relativos apenas à aquisição de conhecimento científico, mas à aquisição de qualquer conhecimento. Que isso seja assim é evidenciado pelo fato de que ele explica a proposição até mesmo no que diz respeito a disputas dialéticas e retóricas, nenhuma das quais gera ciência. Portanto, esta é outra razão pela qual ele não disse: "a partir de ciência ou intuição preexistente", mas "conhecimento" universalmente. No entanto, ele acrescenta "intelectual" para excluir o conhecimento adquirido pelos sentidos ou pela imaginação. Pois apenas a razão procede de uma coisa para outra.

Então (71a3), ele emprega a indução para provar sua tese; e primeiro de tudo no que diz respeito àquelas demonstrações nas quais o conhecimento científico é adquirido. Destas, as melhores são as ciências matemáticas devido ao seu modo mais certo de demonstrar. Depois delas vêm as outras artes, porque algum modo de demonstrar é encontrado em todas elas; caso contrário, não seriam ciências.

Em segundo lugar (71a4), ele prova a mesma coisa no que diz respeito aos argumentos disputativos, i.e., dialéticos, porque eles empregam silogismo e indução, em cada um dos quais o processo parte de algo já conhecido. Pois em um silogismo, o conhecimento de alguma conclusão universal é obtido a partir de outros universais já conhecidos; na indução, no entanto, um universal é concluído a partir de singulares tornados conhecidos na percepção sensorial.

Terceiro (71a8), ele manifesta a mesma coisa nos argumentos retóricos, nos quais a persuasão é produzida por meio de um entimema ou exemplo, mas não por um silogismo ou indução completa, devido à incerteza que acompanha as questões discutidas, a saber, os atos individuais dos homens, nos quais proposições universais não podem ser assumidas como verdadeiras. Portanto, no lugar de um silogismo, no qual deve haver algo universal, emprega-se um entimema, no qual não é necessário ter algo universal. Da mesma forma, no lugar da indução, na qual se conclui um universal, emprega-se um exemplo, no qual se vai do singular não ao universal, mas ao singular. Assim, fica claro que, assim como o entimema é um silogismo abreviado, o exemplo é uma indução incompleta. Portanto, se no caso do silogismo e da indução se procede a partir de um conhecimento já existente, o mesmo deve ser concedido no caso do entimema e do exemplo.